

O IMPACTO DO TAX AGGRESSIVENESS NA CONTINUIDADE OPERACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Eliziane Januário da Rocha¹
Iuri Souza de Ferraz²
Isabelle Werner de Lemos³
Joyce de Oliveira Mafra⁴
Janaína Quintão Machado Cunha⁵

RESUMO

As empresas brasileiras sofrem impactos diretos em sua rentabilidade relacionados diretamente à alta carga tributária existente no país. Hoje no Brasil a carga tributária é considerada por muitos especialistas como um grande obstáculo para diversas empresas, e que na ausência de um planejamento tributário adequado pode acarretar em efeitos negativos, afetando assim o seu desenvolvimento econômico. O presente estudo propõe verificar mediante análise de banco de dados se a prática de Tax Aggressiveness impacta a continuidade operacional das instituições financeiras, tendo em vista o gerenciamento agressivo tributário nas instituições financeiras, analisando se as instituições financeiras que tem o maior retorno sobre os ativos, maior volume de operações e os que têm maior Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido praticam ou não a agressividade tributária. A pesquisa engloba 131 instituições financeiras com a utilização de dados coletados na base de dados de Thomson Reuters no período de 12 anos abrangendo os anos de 2006 a 2017 com base em análises de suas demonstrações contábeis, foi pesquisado em instituições financeiras devido ser um setor de grande impacto na economia de um país, desta forma os resultados obtidos apresentam maior relevância para este estudo. Foi utilizado nesta pesquisa um modelo de regressão linear com múltiplas variáveis.

Palavras-chave: Planejamento Tributário. Continuidade Operacional. Agressividade Tributária.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil possui uma carga tributária relativamente alta se comparada a outros países, o que gera impactos diretos na rentabilidade das empresas de maneira

¹ Aluna do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Manhuaçu: elizianerocha@live.com

² Aluno do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Manhuaçu: iuri_ferraz@hotmail.com.br

³ Professora dos Cursos de Adm.e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Manhuaçu: isabelle@doctum.edu.br

⁴ Aluna do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga: joycemafra10@hotmail.com

⁵ Aluna do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga: Janaina.quintao@hotmail.com

geral refletindo diretamente em sua continuidade. Situação que fica evidenciado através de uma recente pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, que teve por objetivo analisar a redução no crescimento econômico das empresas de modo geral, tal pesquisa foi realizada entre os anos de 2008 a 2016 e constatou redução significativa.

Mediante tal pesquisa realizada pelo IBPT, fica clara a dificuldade das empresas em se manter no mercado de forma competitiva ou até mesmo de sobreviver, diante disso se faz necessário verificar o impacto de um planejamento tributário tradicional ou até mesmo verificar a possibilidade de adoção de um plano de agressividade fiscal.

Martinez (2017) em seus trabalhos enfatiza a necessidade de pesquisas relacionadas diretamente a agressividade tributária e ao planejamento tributário no Brasil, e diz ainda que as alterações ocorridas “recentemente” na legislação tributária no país com relação aos lucros contábeis e também aos lucros tributários oferecem um amplo campo para pesquisa.

Araújo e Leite Filho (2017) corroboram neste aspecto com a pesquisa de Martinez relacionado com o campo de pesquisa para esta temática no Brasil, e dizem que podemos considerar que o Brasil se encontra apenas no início dos estudos sobre o assunto, e que existe ainda grandes lacunas, principalmente devido as diversas peculiaridades do país.

Então, desta pequena explanação partimos para o início de nossa pesquisa, buscando verificar qual o impacto do *Tax Aggressiveness* na continuidade operacional das instituições financeiras.

Neste contexto a pesquisa terá como objetivo verificar o gerenciamento agressivo tributário nas instituições financeiras, analisando se as instituições financeiras que tem o maior retorno sobre os ativos, maior volume de operações e os que têm maior Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido praticam ou não a agressividade tributária. Tem-se como hipótese 0 que a prática de *Tax Aggressiveness* não impacta na continuidade operacional das instituições financeiras.e como hipótese 1 se a prática de *Tax Aggressiveness* impacta na continuidade operacional das instituições financeiras.

Nesse contexto foi feito um estudo com 131 instituições financeiras com dados na base de dados de Thomson Reuters em um período de 12 anos abrangendo os anos de 2006 a 2017 com análise de suas demonstrações contábeis.

O presente estudo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção é feita a

contextualização do estudo, a construção do problema e da justificativa da pesquisa, detalhando o objetivo geral e os específicos, expondo suas delimitações. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica sobre temas relevantes, que está dividido da seguinte maneira: planejamento tributário, elisão fiscal e evasão fiscal, agressividade fiscal e instituições financeiras. A terceira seção expõe os procedimentos metodológicos adotados no trabalho, a análise de dados e os seus devidos resultados e na quarta seção são apresentados as conclusões da pesquisa;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do objetivo apresentado com este trabalho, damos início com a exposição de conceitos iniciais que visam embasar e fundamentar nosso trabalho, tendo em vista que a seleção de tais conceitos foi observado através de seu grau de relevância e importância com relação a nosso objetivo proposto, os quais estão dispostos em três tópicos:

2.1 Planejamento Tributário

Santos e Oliveira (2008) abordam em seu estudo a importância da existência de um planejamento tributário para as empresas, visto que atualmente no Brasil a carga tributária é muito elevada e as empresas necessitam adotar algum mecanismo ou ferramenta lícita para trabalhar maximizando seus resultados e garantindo sua competitividade e sobrevivência.

Já Hanlon e Heitzman (2010) descrevem o planejamento tributário mais como gerenciamento tributário, pois segundo os mesmos trata-se de um modo de melhor gerenciar os tributos a serem pagos pelas empresas reduzindo-os o máximo possível dentro do permitido, não partindo para o campo da sonegação. Eles enfatizam que os impostos e suas espécies em geral representam alto custo para as empresas e afetam diretamente o seu fluxo de caixa disponível.

Por sua vez Chaves (2014) diz que o planejamento tributário pode ser classificado em três diferentes graus, sendo eles conservador, moderado e agressivo, onde cada um apresenta características que devem ser verificadas no momento em que a empresa opta por um deles, onde o risco apresentado é maior ou menor, e isso implica diretamente no objetivo de redução fiscal.

Pinto e Martinez (2014) corrobora a ideia anterior, bem como acrescenta que a

definição de um planejamento tributário bem estruturado e eficiente é aquele que além do conjunto de ações que proporcionem a redução dos tributos da empresa estejam em uniformidade com as boas práticas e dentro da legalidade, ou seja, não utilize formas ilícitas para atingir a eficiência tributária.

Enfim o planejamento tributário pode ser explicado como sendo atividades elaboradas pelas empresas com intuito de reduzir e através de tal redução fazer uma economia na carga tributária, a qual, no Brasil é relativamente alta, o que de fato permitiria um melhor aproveitamento dos recursos financeiros das empresas, onde no que se reduz de impostos a pagar se converte em investimento ou lucro das empresas, tal planejamento tributário é realizado de forma legal, utilizando mecanismos que visam maximizar os resultados gerando economia assim diz Martinez e Reinders (2016).

2.2 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal

Segundo Cassone (1997) a elisão é fruto do planejamento tributário e é considerada uma prática lícita, uma vez que através das lacunas deixadas na lei é possível reduzir ou adiar o pagamento do tributo, visto que ela é aplicada antes do fato gerador do tributo.

Huck (1997, p. 38) em seu estudo, também conceitua:

“A elisão, como se constata, aparece em seu sentido estrito, como expressão utilizada para designar a descrição tipológica de determinados comportamentos que os indivíduos manifestam perante a tributação, fundados num ponto referencial comum a todos, ou seja, são comportamentos tendentes a evitar a incidência tributária ou a conseguir uma incidência menos onerosa, mediante a via jurídica lícita que lhes permita atingir tal finalidade.”

Conceito corroborado por Andreas (2002), tendo em vista que em seu estudo ela confirma a tese anterior, bem como acrescenta que escolhendo a elisão fiscal o contribuinte está aplicando o princípio da legalidade que por sua vez reza que só existe obrigatoriedade de pagamento do tributo que está previsto nos limites da lei.

Entretanto quando se trata de evasão fiscal é o oposto tendo em vista que esta viola a lei, pois visa evitar o pagamento dos tributos ou pagar menos que o devido, caracterizando golpe. Cassone (2004, p.525) define:

“Elisão fiscal e evasão fiscal são dois institutos do direito tributário antagônicos, pois enquanto o primeiro expressa uma não incidência tributária legalmente admitida (ou uma tributação reduzida), o segundo é significativo de uma ilicitude para fugir da tributação”

Fabretti (2005) além de corroborar a idéia anterior, adiciona ainda que a evasão também pode ser resultado de um mau planejamento tributário que descumprindo determinações legais redundando em sonegação fiscal.

Enfim através da elisão fiscal e da evasão fiscal as empresas conseguem diminuir ou evitar o pagamento de tributos, porém existe uma grande diferença entre estas duas ferramentas, em razão de que uma é legal e a outra é ilegal, conforme apresentado por Schoueri (2010).

2.3 Agressividade Fiscal

Para Chen *et al.* (2010) existe uma ligação direta entre o planejamento tributário e a agressividade fiscal, visto que o a agressividade fiscal age de modo a diminuir o lucro ou a renda a ser tributada por meio de um planejamento fiscal bem trabalhado pelas empresas, assim trata-se de um planejamento tributário.

Desta forma as empresas buscam definir seu grau de agressividade em seu planejamento tendo em vista ou base os benefícios gerados com este modelo mais arrojado, mas que também apresenta maior risco, ou seja, verificando se os benefícios compensam os riscos assumido e qual valor é adicionado ao valor das ações ainda afirma Chen *et al.* (2010).

Ramalho e Martinez (2013) dizem que no brasil quando se traça um plano estratégico mais agressivo, este é visto de forma negativa, pois logo é feita uma ligação com a evasão fiscal, isso se dá pelo fato de que no planejamento tributário agressivo a busca pela redução dos tributos é tratado como objetivo principal, mas isso não significa utilizar métodos ilícitos, muito pelo contrário, o trabalho é realizado com o aproveitamento máximos das oportunidades e possibilidades de reduzir ou até mesmo não permitir a ocorrência do fato gerador do tributo.

O termo agressividade fiscal pode ser definida como sendo de fato, uma vasta gama de atividades e operações que busca fornecer as empresas um modo de diminuir o montante da dívida que as operações das empresas realizam e que geram tributos a pagar de forma licita, sem recorrer a sonegação, que ao longo prazo ou não, pode representar grande risco a sobrevivência das empresas que optem por seguir este caminho que configura crime contra a ordem tributária e acarreta em serias consequências, conforme estudo de Martinez e Martins (2016). Martinez e Silva (2017) em estudo apresentam que a agressividade fiscal apresenta um maior risco para as

empresas, mas que somente um estudo pode dizer se é viável ou não para a organização adotar este modelo de planejamento, tendo em vista que ele é propriamente dito como muito agressivo, pois apesar de aumentar os riscos de contingências consegue realizar a diminuição do lucro, que por sua vez causa a diminuição nos tributos devidos.

2.4 Instituições Financeiras

Segundo Ciado (2006) é importante conhecer a origem e registros das primeiras atividades financeiras e conseqüentemente do surgimento das instituições criadas com o propósito de trabalhar praticando especificamente essa atividade, porém os primeiros relatos têm origem religiosa no século XVI, onde em períodos de instabilidade por diversos motivos, eram os templos religiosos que tinham melhores condições de guardar e de assegurar os tesouros e outras riquezas.

Ciado (2006) ainda em seu trabalho diz que a Igreja por passar longos períodos tendo domínio dessas riquezas passou a empresta-los para aqueles que precisavam de dinheiro, mas este procedimento realizado incentivou alguns comerciantes a realizar exatamente o mesmo, porém estes cobravam sobre os valores emprestados uma alta taxa de juros, que pode-se entender como sendo um dos primeiros produtos financeiros do que posteriormente seriam os bancos.

Para Goulart e Carvalho (2009) as instituições financeiras passam constantemente por aprimoramentos e busca de novos mecanismos que buscam melhores resultados, minimizando suas perdas e avaliando melhor seus riscos para que de tal forma seja possível realizar uma melhor tomada de decisão.

Por consequência do processo de globalização o ambiente econômico das instituições financeiras se tornam cada vez mais complexos, exigindo maior nível de planejamento bem como de gerenciamento, visto que as dificuldades exigem das instituições trabalhar com uma nova estrutura, e requer melhores práticas de gestão corporativa assim diz Lima *et al* (2011).

Freitas (2016) afirma com base em seu trabalho que as instituições financeiras que hoje se posicionem no mercado de forma mais conservadora, ou até mesmo com um grão de prudência que não venha e levar em conta as constantes mudanças no setor, apresento riscos para si mesma, visto que existe uma constante necessidade de aperfeiçoamento na gestão e no planejamento para obtenção melhores resultados mesmo que para tal, a instituição passe a ter um perfil tradicional , porem operando de

uma forma mais arrojada no mercado.

3 METODOLOGIA

3.1 Pesquisa Qualitativa

Conforme definição de Richardson (1985), ao utilizar o método de pesquisa qualitativa é possível analisar e compreender o problema em questão, tendo em vista que tal método visa assimilar suas características e peculiaridades, através da interpretação de variáveis e dos processos organizacionais.

Logo o artigo foi baseado em uma pesquisa qualitativa descritiva, buscando apresentar e analisar conceitos e teorias referentes à *Tax Aggressiveness*. A revisão bibliográfica desenvolveu-se com pesquisas de artigos científicos de congressos e revistas disponibilizados em meio digital e não pagos, sendo referências nacionais.

3.2 Pesquisa Quantitativa

A pesquisa quantitativa utilizará estatística descritiva para identificar à média, desvio padrão e frequência das ocorridas na amostra coletada, bem como utilizará a técnica de regressão linear com múltiplas variáveis.

Utilizando o modelo econométrico obtido pelo artigo base Empresas Familiares Brasileiras e a Agressividade Fiscal (Martinez; Ramalho, 2014). Foram levantados dados de 131 instituições financeiras da base de dados de Thomson Reuters em um período de 12 anos, abrangendo os anos de 2006 a 2017.

A medida de agressividade fiscal utilizada levará em conta o número de provisão, conforme segue tabela abaixo:

Quadro 01: Medidas de Agressividade Fiscal

Medida	Cálculo	Descrição
TAXPROV – taxa de provisão	Número de provisões realizadas pela empresa.	O número de provisões refletirá a agressividade da organização, visto que quanto maior for este número, mais agressiva esta empresa será considerada.

FONTE: Autores (2018)

Variáveis de controle:

Quadro 02: Variáveis de Controle

Medida	Cálculo
ETR	Imposto de Renda da companhia <i>i</i> no ano <i>t</i> somado com a contribuição social sobre o lucro líquido da companhia <i>i</i> no ano <i>t</i> dividido pelo lucro antes do imposto de renda da companhia <i>i</i> no ano <i>t</i> .
SIZE	Logaritmo dos ativos totais da empresa <i>i</i> , no ano <i>t</i> .
PROV	Provisão tributária ano 1 menos a provisão tributária no ano 0 dividido pelo ano 1

FONTE: Autores (2018)

Abaixo esta apresentada à equação da regressão linear:

$$\text{TAXPROV} = \alpha + \beta^1 \text{ETR} + \beta^2 \text{SIZE} + \beta^3 \text{CS} + \varepsilon$$

As variáveis deste modelo são:

- a) TAXPROV: Taxa de provisionamento;
- b) α : Ângulo de inclinação do modelo;
- c) $\beta^1 \text{ETR}$: índice de agressividade fiscal
- d) $\beta^2 \text{SIZE}$: ativos totais da empresa
- e) $\beta^3 \text{CS}$: Provisão tributária
- f) ε : Erro residual da fórmula;

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico iremos apresentar os resultados obtidos com aplicação da modelagem de estatística inferencial, regressão linear com múltiplas variáveis, bem como os testes de observação da amostra coletada.

Serão apresentadas três tabelas de resultados, a saber: (I) Matriz Sumarizada de Estatística Descritiva; (II) Matriz de Correlação e (III) Matriz de Regressão Linear com múltiplas variáveis.

As duas primeiras tabelas referem-se a testes e análises das observações obtidas com a amostra coletada, a fim de verificar viés, distorções e tendências da amostra, como será demonstrado nas tabelas 01 e 02 não foi detectado anomalias estatísticas que pudessem prejudicar a capacidade de inferência da modelagem estatística proposta.

A tabela 01, Matriz Sumarizada de Estatística Descritiva, abaixo apresentada,

mostrará os aspectos descritivos da amostra obtida baseada no número de observações de cada variável. Tem-se nesta tabela os apontamentos do número de observações para cada variável do modelo, bem como a sua média estatística, o desvio padrão e os valores máximos e mínimos como demonstrado abaixo.

Tabela 01: Matriz Sumarizada de Estatística Descritiva

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
taxprov	888	50.131148	133.8786	-553.381	919.954
etr	936	.0641725	1.702085	-43.2743	16.078
size	360	651.9109	2652.663	0	20684.04
mb	572	214.5086	281.7785	0	984.6192
sales	798	129.0639	227.486	-17.954	988.444
div	870	-60.54793	139.1349	-992.774	58.231
roa	936	-.3526453	3.049807	-42	3.2768
ni	816	116.4058	272.9804	-1224.132	2950.302
ebit	817	126.3736	231.49	-692.905	989.281

Fonte: Dados da pesquisa – Software Stata 10.0

Tem-se o número máximo de observações de 936 para as variáveis ETR, ROA, e o mínimo de observações para as variáveis SIZE que foi de 360. Tem-se assim uma amostra considerável para o universo pesquisado o que irá proporcionar mais robustez aos resultados obtidos na Tabela 3. O entendimento do comportamento da amostra muito se dá pelo entendimento de suas características detectadas na amostra coletada.

Os valores mínimos e máximo obtidos em cada variável pelas através das observações coletada apontam para uma variabilidade grande proporcionado pela amostra, como o da variável TAXPROV que inicia com valor negativo de R\$ (553.381) e positivo de R\$ 919.954, apenas como exemplo dos resultados apontados na tabela 1 supra citada, essa variabilidade irá influir na média aritmética e por fim no desvio padrão.

Na Tabela 2, Matriz de Correlação, será apresentado a correlação estatística existente entre as variáveis. O objetivo deste teste é verificar possível viés de heterocedasticidade na amostra obtida. Será apresentado na tabela 2, Matriz de Correlação os resultados obtidos na amostra coletada.

Tabela 02: Matriz de Correlação

	taxprov	etr	Size	mb	sales	div	roa	ni	ebit
Taxprov	1.0000								
etr	0.1971	1.0000							
Size	0.2774	0.1205	1.0000						
Mb	0.4160	0.0828	0.5227	1.0000					
Sales	0.5060	0.1618	0.4519	0.4318	1.0000				
Div	-0.6059	-0.1546	-0.2987	-0.4296	-0.3412	1.0000			

Roa	0.1129	0.0138	0.1560	0.1370	0.1108	-0.0783	1.0000		
ni	0.4373	0.1591	0.0941	0.2346	0.1831	-0.2557	0.0600	1.0000	
ebit	0.5644	0.0734	0.1560	0.3115	0.4063	-0.2755	0.0798	0.7430	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa – Software Stata 10.0

Os resultados obtidos na amostra coletada e apontadas na tabela 02, Matriz de Correlação, apontam para ausência de heterocedasticidade na amostra obtida, dado que não temos resultados próximo a 1, exceto quando correlacionamos a variável contra ela mesmo. Tem-se ainda na tabela 02, Matriz de Correlação, a verificação de que existem variáveis que são inversamente correlacionadas, as que tem sinal negativo, tais como a variável TAXPROV com a variável DIV, apenas citando um dos resultados acima obtido com a referida tabela 02. Na grande maioria as variáveis do modelo proposto tem correlação direta algumas apresentando maior robustez de correlação e outras menor robustez. Tem-se que quanto mais próximo de zero menor robustez de correlação estatística.

Tem-se que as variáveis do modelo proposto tem correlação, porém sem risco de heterocedasticidade e também sem gerar viés de análise.

Após os testes e análises da tabela 01 e tabela 02, é apresentado os resultados do modelo inferencial, regressão linear com múltiplas variáveis, que pretende responder ao problema proposto desta pesquisa. A modelagem de regressão linear tem por objetivo entender o comportamento da variável dependente pelo grau de correlação e influência das variáveis explicativas. A tabela 03, Matriz de Regressão Linear com Múltiplas variáveis, explicada o comportamento da variável dependente TAXPROV que é o provisionamento de passivo contingencial tributário das organizações obtidas na amostra com as variáveis explicativas do modelo.

Tabela 03: Matriz de Regressão Linear com Múltiplas Variáveis

Observações = 321	F (7, 313) = 52.84	Prob> F = 0.0000	R ² = 0.5417
Taxprov	Coef.	T	P-Valor
Etr	1.530214	1.11	0.268
Size	-.0014358	-1.09	0.275
Mb	.0027681	1.36	0.176
Sales	.0217222	6.64	0.000
Div	-.185224	-9.44	0.000
Roa	.0425904	0.77	0.441
Ni	.0428898	6.33	0.000
_cons	.8464079	2.34	0.020
Grau de liberdade a 5%			

Fonte: Dados da pesquisa – Software Stata 10.0

Temos que para o número de 321 observações validadas pelo modelo, com grau de liberdade 07, o resultado do Prob \tilde{A} F é de 0.0000, ou seja, a capacidade estatística de que os resultados obtidos pelo modelo proposto de regressão ocorra com outras amostras com a mesma característica desta que foi obtida é altamente provável.

O resultado do R^2 que mostra a capacidade do modelo de explicar o comportamento da variável dependente TAXPROV é de 54,17%, extremamente significativo e com alta robustez, o que aponta que o modelo de regressão permite inferir o comportamento da variável dependente e assim ajudar a responder ao problema de pesquisa proposto.

Na análise por variável temos a análise dos resultados do P-Valor que quanto mais próximo de zero maior robustez estatística apresenta o resultado, assim temos que a variável NI, DIV, SALES apresentam resultado de 0.000, a variável MB apresenta resultado de 0.176, e o SIZE de 0.275, o com menor grau de robustez é a variável ROA com 0.441 de resultado. Pode-se inferir assim que a análise por variável mostra certo grau de robustez para entender que estas afetam o comportamento da variável dependente TAXPROV.

O Teste T é utilizado para compreender a distribuição normal padrão da amostra obtida, considerando os aspectos bi caudal os resultados para serem considerados válidos estaticamente devem ficar compreendidos entre os parâmetros de -3,50 e + 3,50.

Considerando a premissa supra informada tem-se que somente as variáveis SALES com resultado de 6.64, DIV com resultado de 9.44 e NI com resultado de 6.33 extrapolam aos parâmetros da distribuição normal padrão. As demais variáveis apontam resultados aceitos estaticamente desta forma permite inferir que replicando este modelo em outras amostras com a mesma característica ocorrerá o mesmo comportamento verificado nas variáveis deste modelo que ficaram dentro da distribuição normal padrão.

Nos valores obtidos no Coeficiente o mais importante é a análise do sinal reconhecido em cada variável. Resultado positivo aponta para correlação direta e sinal negativo é uma correlação inversa, assim posto tem-se que as variáveis SIZE e DIV tem correlação negativa, ou seja quando essas variáveis apresentam variações aumentativas ocorrerá diminuição na variável TAXPROV. As demais variáveis são diretamente correlacionadas com a TAXPROV, assim aumentos nestas variáveis ocorrerão aumentos na variável TAXPROV.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata da continuidade das empresas é inevitável falar sobre planejamento tributário, bem como dos riscos e benefícios oriundos deste mecanismo. Tal planejamento pode ser dividido em 3 graus e cabe a instituição definir qual deverá ser aplicado, sendo o *Tax Aggressiveness* seu grau mais elevado.

O problema presente baseou-se em verificar se a prática de *Tax Aggressiveness* impacta na continuidade operacional de instituições financeiras. Foi utilizado o método quantitativo descritivo com modelo econométrico de regressão linear com múltiplas variáveis de Linet *al.*(2014) adaptado por Lopo e Martins (2016)

O universo pesquisado foi de 131 instituições financeiras com dados na base Thomson Reuters analisando suas demonstrações contábeis em um período de 12 anos abrangendo os anos de 2006 a 2017.

Os objetivos da pesquisa visou descobrir se a pratica de agressividade tributaria nas instituições financeiras impactam na sua continuidade operacional, de acordo com os dados e resultados obtidos confirmamos a hipótese H1 e descartamos a hipótese H0.

Assim respondemos de forma positiva os objetivos onde a prática de agressividade tributária impacta a continuidade operacional das instituições financeiras.

Tem-se que nos resultados obtidos na modelagem de regressão linear com múltiplas variáveis que o comportamento da variável TAXPROV utilizado como Proxy de *Tax Aggressiveness* mostram que o comportamento desta variável está correlacionada que empresas com maiores volumes de vendas e com maior retorno sobre ativos apresentam maior correlação com o planejamento tributário, assim podemos inferir pelo modelo proposto organizações que utilizam de *Tax Aggressiveness* , neste universo de instituições financeiras, são as que tem melhores resultados para o acionistas e de participação de receitas operacionais, inferindo que estas características afetam diretamente a continuidade operacional destas instituições financeiras, e assim posto respondendo ao problema proposto de pesquisa.

Para futuras pesquisas propõe-se o analisar e pesquisar em empresas de outros setores que sejam tão importante quanto as instituições financeiras e que podem afetar direta ou indiretamente a economia de um país.

THE IMPACT OF TAX AGGRESSIVENESS ON OPERATIONAL CONTINUITY OF FINANCIAL INSTITUTIONS

ABSTRACT

Brazilian companies suffer direct impacts on their profitability related directly to the high tax burden in the country. Today in Brazil the tax burden is considered by many experts as a major obstacle for several companies, and that in the absence of adequate tax planning can lead to negative effects, thus affecting their economic development. The present study proposes to verify through database analysis whether the practice of Tax Aggressiveness impacts the operational continuity of financial institutions, in view of aggressive tax management in financial institutions, analyzing whether financial institutions that have the highest return on assets, higher volume of operations and those with higher Operating Profit Before Income Tax and Social Contribution on Net Income practice tax aggression or not. The survey encompasses 131 financial institutions with the use of data collected in the Thomson Reuters database over the 12-year period covering the years 2006 to 2017 based on analyzes of their financial statements, was surveyed in financial institutions because it is a great impact on the economy of a country, in this way the results obtained are more relevant for this study. We used a linear regression model with multiple variables.

Keywords: Tax Planning. Operational Continuity. Tax Aggression.

REFERÊNCIAS:

ANDREAS, E. **Crimes contra a ordem tributária**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2002.

ARAÚJO, Risolene Alves MACENA; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia. **Análise da relação entre o nível de agressividade fiscal e a rentabilidade das empresas da BM&FBOVESPA E NYSE**. XI Congresso Anpcont, Junho 2017, Belo Horizonte, MG, 2017.

CAIADO, Aníbal Campos; CAIADO, Jorge. **Gestão de instituições financeiras**. Lisboa: Edições Sílabo, 2006.

CASSONE, V.; CASSONE, M. E. T. **Processo tributário: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CASSONE, Vittorio. **Código Tributário Nacional Comentado**. 5.ed. São Paulo: Atlas,

2004.

CHAVES, F.C. **Planejamento Tributário na Prática: Gestão Tributária Aplicada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHEN, Shupingetal. **Are Family firms more tax aggressive than non-family firms?** Journal of Financial economics, 95 (1): 41-61, 2010.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FREITAS, Maria Cristina Penido. A evolução dos bancos centrais e seus desafios no contexto da globalização financeira. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 30, n. 3, p. 397-417, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, André Moura Cintra; CARVALHO, Nelson. Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 7, n. 1, 2009.

HALON, Michelle; HEITZEMAN, Shane. **A review of tax research**. Journal of Accounting and Economics, 50(2); 127-178, 2010.

HUCK, Hermes Marcelo. **Evasão e Elisão: Rotas nacionais e internacionais do planejamento tributário**. São Paulo: Saraiva, 1997.

IBPT - **Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário**. Disponível em:<www.ibpt.com.br>. Acesso em 27/03/2018.

LIMA, Fernando Barros et al. A Controladoria em instituições financeiras: estudo de caso no Banco do Nordeste do Brasil SA. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 1, p. 43-72, 2011.

MARTINEZ, Antônio Lopo. **Agressividade tributária: um survey da literatura**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 11, 2017.

MARTINEZ, Antonio Lopo; SILVA, Renan Ferreira. **Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 7, n. 1,

p. 240, 2017.

MARTINEZ, Antônio Iopo; PINTO; André Coelho Vello. **Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado.** ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 117-140 mai./ago. 2014.

MARTINEZ, Antônio Iopo; MARTINS; Victor Anísio Merchid. **Alavancagem Financeira e Agressividade Fiscal no Brasil.** Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador BA, v.10, n 3, p.5 – 22, set de 2016.

RAMALHO, Giliard Creton; MARTINEZ, Antonio Lopo. Empresas Familiares Brasileiras e a Agressividade Fiscal. In: **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil.** 2013.

REINDERS, A. P. G. S.; MARTINEZ, Antonio Lopo. **Qual o efeito da Agressividade Tributária na Rentabilidade Futura? Uma análise das companhias abertas brasileiras.** Anais do Congresso Anpcont, Ribeirão Preto, SP, Brasil, 2016.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, Adiléia Ribeiro; OLIVEIRA, Rúbia Carla Mendes de. **Planejamento tributário com ênfase em empresas optantes pelo lucro real.** In: XVIII Congresso Nacional de Contabilidade, RS, Gramado. 2008.

SCHOUERI, L. E. (2010). **Planejamento Tributário e o Propósito Negocial.** São Paulo: Quartier Latin.